

_____ DOSSIÊ: _____

**Dinâmica de identidades
sociais e politização de
alteridades culturais**

APRESENTAÇÃO

Os artigos que compõem este dossiê – *Dinâmica de identidades sociais e politização de alteridades culturais* – convidam à reflexão sobre conceitos associados como identidade social, memória coletiva e dinâmica cultural, todos bastante utilizados nas ciências sociais, diríamos mesmo, bastante explorados, além de, por vezes, abundantes na linguagem política. Todavia, conforme demonstram os autores, também importantes para compreender uma série de fenômenos sociais da contemporaneidade. Muitos desses fenômenos se apresentam mais visíveis no atual contexto socioeconômico e político, de investimentos públicos no sentido da construção de reconhecimentos da diversidade de produção de formas de existência social. Correlativamente, da produção de situações e eventos constitutivos da definição e consolidação do sistema democrático de organização social, de exercício de cidadania representativa. Tais reivindicações políticas pressupõem a produção de diferenciadas formas de pensar e agir, portanto, de reconhecimento da crescente diversidade de referências culturais.

Tão recorrentes aqueles conceitos, o leitor, ao identificar a temática geral deste dossiê, pode então imaginar: Mas ainda há o que se dizer sobre identidade social ou tradição cultural? E imediatamente poderíamos responder: Então, por que tantos movimentos memorialistas no atual contexto?

Ora, como aqueles conceitos integram a formação dos cientistas sociais e criam os meios de comunicação entre eles próprios e os públicos com os quais têm interesse em interagir, estão na ordem da produção acadêmica, porque também na ordem da produção da vida social. Sendo de usos tão recorrentes, são por vezes descredenciados, tendo em vista significados assim banalizados. Não obstante, são inerentes ao sentido da produção dos cientistas sociais: compreender a capacidade de produção e reprodução das relações sociais segundo parâmetros formulados pela elaboração contextual de significados. Por conseguinte, são de tamanha utilidade e amplitude, como todos os autores demonstram, que eles, por tais circunstâncias, exigem exercícios de explicitação dos conteúdos empregados e dos respectivos processos de constituição. Este exercício metodológico é cuidadosamente praticado em todos os artigos.

Frente a questionamentos recorrentes sobre formas de construção de grandes memórias – memórias coletivas politicamente mais assentadas e, assim, supostamente homogeneizadas –, grupos sociais reivindicam a produção de memórias singulares e diferenciadas. Memórias fragmentadas e destinadas a fazer diluir relações de poder que fundamentaram os marcos impositivos de sistemas de posições sociais correspondentes àquelas formas de cristalização de hegemônicas visões de mundo.

Sob movimentos de desvalorização de memórias coletivas recomendadas como únicas e, correlativamente, de valorização de memórias múltiplas e questionadoras de história imposta, enfim, diante de processos de luta pelo reconhecimento de singularidades de formas de vida, os antropólogos operam em contextos oportunos para registro e compreensão de formas de constituição de espaços sociais propiciadores dos investimentos na distinção política de grupos sociais.

Em todos os casos estudados, os autores focam em pesquisas empíricas em torno de grupos que reclamam o reconhecimento político e o pertencimento social, investindo para que as fronteiras simbólicas dos universos sociais assim reclamados, sejam reconhecidas, ora como conformadoras de comunidades de origem ou de percursos comuns, ora de projeção de destinos sociais estimados, ora de memória coletiva em busca de reconhecimento. Portanto, os artigos trazem como questão fundamental do exercício antropológico, o papel constitutivo e constituinte do imaginário social na institucionalização de práticas e formas de contraposição; reportam à compreensão de práticas de grupos em relação contrastiva, de modos de produção de discursos referenciadores das experiências comuns.

Então, desde já se justifica a agregação dos artigos neste dossiê: em todos sendo demonstrado que, para se compreender a natureza das relações sociais vividas pelos grupos que foram privilegiados para efeitos do estudo de situações empíricas, importa compreender como elas são pensadas e vividas, que modos de vida e crenças configuram as identidades sociais. Essas questões analíticas atravessam, diferentemente, todos os textos.

Separando o exercício analítico daquele correspondente aos fenômenos delimitados para objetos de pesquisa, os autores insistem na distinção entre as relações conceituais que delimitam seu próprio universo de significações, e aquelas sobre as quais pretendem compreender, para tanto explicando os processos de produção de distinções sociais e políticas de grupos e, assim, de construção de identidades sociais.

Todos então investem no combate a concepções objetivistas, essencialistas, primordialistas ou substancialistas da identidade social, da cultura e da tradição, empenhando-se em fazer cair por terra qualquer pretensão inocente de pensar experiências passadas como memorizadas a partir da idéia de conservação e recuperação; mesmo que os agentes, em cada situação, no afã do reconhecimento e de produção da vida social, reivindicuem tais pressupostos. Importante recurso da construção da identidade social, a memória coletiva, tão valorizada no contexto como portadora de atributos de definição da tradição, não pode ser definida como restituição ou reprodução do passado; mas um conjunto de marcas na reconstrução referenciada aos outros que se encontram em jogo nos termos da vida social em causa; ou um conjunto de referências ao passado, fundamentadas neste mesmo jogo social, implicando estratégias de investimentos no que deve vir a ser mediante a contraposição ao que se admite que se foi.

A originalidade de cada caso estudado incide sobre a demonstração do como e do porquê tais traços ou atributos sociais são dramatizados e reivindicados no processo de valoração de uns vis-a-vis os outros. Por conseguinte, o que está em jogo é a forma como os homens se tornam seres sociais e culturais se transfigurando e se convertendo por diversas versões coletivamente consentidas. Este tornar-se ser social é, no tempo e no espaço, da ordem da incomensurabilidade. Os casos aqui analisados são apenas alguns exemplos.

Destacamos ainda que todos os autores entram em acordo quanto à perspectiva conceitual e metodológica de que a identidade social representa formas de cristalização de conquistas obtidas ou de contraposições, em meio a processos mais ou menos conflituos, processos que permitem então compreender a construção social da visão de si mesmos vis-a-vis

o mundo social imediatamente referenciado. Integram os universos de agentes em estudo, tanto aqueles identificados como pertencentes aos grupos sociais em pauta, como os demais agentes em interação e em contraposição. Nós antropólogos argumentamos: tais reflexões pressupõem a valorização do estudo dialógico das relações sociais em causa, a depender da situação social.

Defendemos então a relevância da temática deste dossiê, do mesmo modo que afirmamos a diversidade de formas com que indivíduos e grupos compartilham práticas e representações sociais, sistemas de crenças, de lembranças, de sentidos para a vida coletiva. Tão diversas que só podem ser conhecidas pelo estudo de como se apresentam em cada caso.

Iniciamos a organização do dossiê pelo artigo “Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria”, de Miriam de Oliveira Santos e Maria Catarina Chitolina Zanini. Elas colaboram para a reflexão da temática, considerando alguns dos possíveis desdobramentos de processos de imigração, situação especial de provimento na construção de identidades culturais.

Assumindo a importância da perspectiva construtivista de análise para pensar os processos e o campo institucional em jogo na constituição identitária, as autoras enfatizam a construção contextual de atributos sociais, expressões de processos de atribuição de significados sociais na interação entre agentes sociais privilegiadamente qualificados pela alteridade. Para valorizar a singularidade situacional do processo em pauta, elas constroem parceria intelectual no estudo comparativo de casos, cada uma demonstrando como os agentes sociais participam de maneiras diferenciadas das definições de modos coletivos de viver e interagir. Os dois casos são selecionados de experiências vividas por descendentes de italianos no estado do Rio Grande do Sul, mas cada um compreendido por contextos próprios referentes aos municípios de Caxias do Sul e Santa Maria.

Como o processo de imigração propiciou a convivência de indivíduos e grupos referenciados a nacionalidades diversas, mesmo que em tais experiências fossem respostas a reajustamentos populacionais correspondentes à elaboração e à objetivação de projetos de reprodução familiar valorada pela autonomia da atividade agropecuária e artesanal, as experiências apontam para a diversidade de práticas. Reconstituindo-se no espaço do outro, imigrantes italianos construíram e responderam à construção de atributos sociais, alguns deles ainda transmitidos como legados a gerações sucessivas. As autoras refletem então sobre a produção

de sinais de tipificação e adscritivos comuns, tais como valores associados ao pioneirismo, à reafirmação do trabalho e da família, recursos fundamentais para projeção e objetivação de estratégias de ascensão social. Mesmo que haja valores em comum na estruturação dos processos de integração, as autoras demonstram o quanto a denominação *imigração italiana* está longe de corresponder a um fenômeno homogêneo, como pode insinuar a utilização genérica do termo.

Para dar conta da especificidade de cada caso, as autoras destacam os processos de negociação interativa, valorizando a relação entre cultura e identidade, tal como o fazem outros tantos autores com os quais elas entram em acordo, especialmente os que se dedicam àquela reflexão no contexto da globalização. Por esta afiliação, os autores por elas anunciados, também defendem o reconhecimento de qualificações que definem certos universos culturais como *culturas híbridas*; também advogam o compartilhamento de princípios que orientam o engajamento necessário aos investimentos no sentido da substantivação desejada; e também consideram a institucionalização de símbolos fundamentais à conformação de uma crença coletiva nos modos de distinção de grupos sociais. Relevam então o caráter imaginário da constituição da prática social dos grupos e dos termos da construção de reivindicações socialmente reafirmativas. E, nesses termos, também valorizam a produção de discursividades, algumas socialmente institucionalizadas para efeitos de produção de memória coletiva.

Além do estudo dos recursos de textualização discursiva, as autoras tomam como unidade de análise alguns dos eventos significativamente valorizados, recursos operacionais à demonstração dos modos de construção de percursos consagrados de alteridades. Fazem então referência a movimentos sociais, apreendidos pela dinâmica das trajetórias em jogo, que em muito devem sua existência a outros tantos engajamentos coletivos na construção de outras identidades culturais. Para citar um exemplo, destacaríamos a identidade ítalo-gaucha, por meio da qual os agentes integram processos enriquecedores dos sentidos e sinais diacríticos que os grupos utilizam para delimitar as fronteiras de pertencimento, substantivadas na crença numa origem comum ou numa tradição própria.

Reafirmando o mesmo princípio metodológico defendido por todos autores que compõem o dossiê, qual seja o entendimento da construção da identidade pela análise do caráter contextual de suas possibilidades de significação, seguimos enfatizando a contribuição de Maristela de Paula Andrade, no artigo “Novos sujeitos de direitos e seus mediadores – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e

aparelhos de Estado”. A autora demonstra a constituição de campos de mediação cultural, inerentes ao processo de construção institucional de identidades distintas. E o faz analisando processos de construção de quilombolas como sujeitos políticos, processos que deslançaram enquanto desdobramentos da luta no sentido de inscrever direitos específicos na Constituição Brasileira de 1988. Os processos de luta não se esgotaram aí. Pelo contrário, a inclusão de tais princípios de definição oficial operou como oportunidade fundamental para a emergência de múltiplos processos de reivindicação e luta, não só no sentido da objetivação dos termos inscritos, mas também de sua melhor adequação à diversidade de situações, à viabilidade de produção de meios de representação ou de espaços públicos para encaminhamento de reivindicações.

Dado à transversalidade das questões políticas em jogo e à diversidade de sentidos que eram assim produzidos, formas de dependência intelectual foram se constituindo. Exigiu-se assim a construção de mediadores projetados do próprio grupo ou emergidos em outros espaços institucionais integrados a esse campo de mediação cognitiva e de produção de sentidos políticos. Portanto, espaços de aprendizagem da negociação e da representação delegada, mas também de expressão dos desdobramentos das formas de integração social que foram então sendo qualificadas. Destacamos então a demonstração mais sistematizada de Maristela de Paula Andrade, porque tomada como o próprio objeto de estudo, no que tange aos princípios de interdependência ou de construção de redes de interconexão na prática de construção e redefinição de identidades sociais.

Entre outras contribuições destacamos no artigo de Maristela de Paula Andrade o exercício demonstrativo da produção de meios e recursos e da redefinição de papéis formais, diante de outros arranjos institucionais e da construção de espaços próprios à visibilidade e à estruturação do que a autora qualifica como *questão quilombola*. Para construção do sujeito *quilombola* e todos os atributos inerentes a esta existência social pela participação política e jurídica em questão, diversos recursos se fizeram e se fazem necessários como instrumentos intercambiadores da comunicação entre representantes de posições diferenciadas: jornais, passeatas, congressos, seminários, relatórios, produção de conhecimentos acadêmicos. A diversidade desses recursos corresponde assim à construção da diversidade dos agentes mediadores inerentes aos processos em marcha.

Portanto, a contribuição demonstrativa, fundamentada em longo trabalho de pesquisa e assessoria, impede qualquer crença na definição substantivada ou essencializada do quilombola. E nos coloca diante de processos de investimentos no sentido da re-historicização de grupos

sociais que, outrora, viviam também distintivamente, contudo a partir de outros sinais diacríticos. E entre eles, um dos mais consensualmente reconhecidos, fundamentava-se no privilegiamento do aspecto racial.

Prosseguindo na valorização das contribuições demonstrativas da diversidade de situações empíricas, mas também da importância dos cuidados metodológicos sistematicamente anunciados por todos os autores, integramos o artigo de Gilmar Rocha, intitulado “A retórica da tradição: notas etnográficas de uma cultura em transformação”.

O autor toma como objeto de análise, diante do contextual processo de espetacularização do circo no Brasil, tal como enfatizam as recentes reapresentações do *Cirque du Soleil* e a criação proliferante de inúmeras companhias, trupes e escolas de circo em várias cidades do país, a produção de discursos sobre o sentido da tradição em processos de modernização, questão que veio sendo enfatizada por todas as autoras precedentes, mas doravante tomada como unidade analítica pelos autores que se seguem.

Instigado pela compreensão dos motivos pelos quais as apresentações e constituições de unidades circenses alcançam tamanho sucesso, o autor constrói a questão analítica em torno dos sentidos que vêm sendo atribuídos à cultura nas sociedades contemporâneas, questão que, como sabemos, percorre as trajetórias de constituição da disciplina antropológica. Como indica o título do artigo, o autor se dedica à análise de sentidos atribuídos à tradição frente ao processo de modernização da cultura circense no Brasil, mas não só: faz revelar especificidades do fenômeno a partir de *démarches* contrastivas entre o caso estudado – por longo trabalho de campo: o *Grande Circo Popular do Brasil (Marcos Frota Circo Show)*, e a literatura acadêmica e jornalística produzida sobre outros tantos casos de reprodução e reinvenção daquela expressão cultural.

O exercício antropológico se situa, por um lado, entre o diálogo produzido a partir da análise da produção acadêmica do caso em foco e, por outro, a partir das múltiplas interpretações a que os antropólogos têm se dedicado quanto às possibilidades de ressignificação do conceito de cultura nas sociedades contemporâneas. O autor do artigo reivindica então o reconhecimento de sua contribuição empírica e epistemológica ao estudo da “eficácia simbólica” da “retórica da tradição”, perfilando, em correlação, um profícuo diálogo com diversos antropólogos contemporâneos, mas também com aqueles que se consagram pelas reflexões em torno da temática da reinvenção da tradição ou da *economização* da cultura. Quanto a este último aspecto, destacam-se os investimentos no sentido de eleger manifestações culturais estilizadas enquanto fatores enriquecedores e diversificadores de processos de desenvolvimento social

local ou territorial (e político, para concatenarmos com a contribuição das autoras precedentes).

Em consonância com os princípios analíticos cultivados por antropólogos, adverte o autor: o novo não significa ruptura, especialmente quando se contrapõe à tradição. Pelo contrário, tradição e modernidade não são excludentes, porque a modernidade é, até certo ponto, o refundamento ou, para nos valermos de expressão consagrada: “reinvenção da tradição”. Manter a tradição é manter a modernidade, mesmo que politicamente a tradição venha a ser defendida pela competência de quem se coloca acima da vida social e define verdades.

Para mais facilmente entrarmos num acordo, basta acompanharmos os diversos campos de concorrência e a expressão de conflitos sociais que subjazem à definição do que é moderno ou tradicional; e assim verificarmos os atos de violência simbólica: o reconhecimento de que a definição não é um dado, não corresponde a uma expressão naturalizada, ainda que seja esta a grande questão que sustenta as lutas simbólicas definidas em campos de poder específicos. Da mesma forma, basta acompanharmos as tentativas de definição dos princípios de inclusão e exclusão, dos de dentro e dos de fora, dos estabelecidos e dos recém-vindos ou impostores, para reconhecermos que são exercícios de classificação socialmente construídos, como já nos apontavam Durkheim e Mauss.

Associando as diversas contribuições dos autores já apresentados, poderíamos estimular os leitores, por uma análise também contrastiva, a refletirem sobre alguns processos de construção distintiva de estilos de vida, de modos de compartilhar e, assim, de pensar se representando, e, em se representando – em geral contrastivamente mas não só, também aos outros eleitos cúmplices diretos ou indiretos de pertencimentos aos mesmos universos de significação e reconhecimento de práticas sociais.

Tal é o caso dos que se definem como *circenses tradicionais* que, geneticamente e por estilo de vida, se pensam fundadores, legítimos definidores do que é a *cultura circense*. Nesses termos, ela é representada sacralizadamente, levando em conta a contraposição aos modos de construção dos *negócios* e às formas racionalizadas de uso do corpo que são atribuídas às outras tentativas de representação da reivindicada arte.

Este também é o caso do grupo de músicos de ciranda em Paraty, Rio de Janeiro, que se pensam os mais tradicionais, os mais verdadeiros, contrapondo-se aos aventureiros. Não obstante, por esta reivindicação distintiva, promovem as condições para alcançarem o *status* de profissionais, dotados de racionalidade mínima que esta posição pressupõe.

Incorporamos então, entre as diversas contribuições dos autores aqui integrados, aquela apresentada por Lysia Reis Condé, quando também se dedica a refletir sobre a construção social distintiva de identidades, sobre modos de operacionalização de exercícios políticos de produção de sentidos atribuídos à tradição, assim erigida como competência inerente à posição de quem outrora e atualmente foi responsável pela execução da dança. Incluímos, em referência a esses objetivos.

No artigo “Ciranda e profissionalização: reflexões a partir do ‘Os Coroas Cirandeiros’”, produtos da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Lysia Reis Condé considera a valorização da tradição como prestação de serviços, num contexto socioeconômico de implementação do turismo como atividade econômica municipal. Mediante tal proposta, analisa o processo pelo qual a ciranda, como ela mesma define: saber e forma de se expressar musicalmente outrora aprendidos como atributos da socialização de agricultores e pescadores em seus meios de origem, passou a ser oferecida sob a forma de serviço cultural no município de Paraty, RJ.

Entre e correlativamente aos diversos grupos que disputam as oportunidades de prestação desse serviço e que, por vezes, concorrem na definição da ciranda como verdadeiramente tradicional, a autora, por perspectiva relacional, analisa a experiência social dos integrantes do grupo “Os Coroas Cirandeiros”. Assim se integrando no campo de prestação de serviços culturais, especialmente voltados para turistas nacionais e estrangeiros, os componentes de “*Os Coroas Cirandeiros*” empenham-se, mediante desejo compartilhado, para serem socialmente reconhecidos pelo exercício dessa atividade cultural economicamente redimensionada e, também como músicos profissionais. Este desejo em grande parte alimenta e é alimentado pela dotação de recursos, inclusive financeiros, para enfrentamento dos desafios e dilemas inerentes à sistemática prestação de serviços. Nessa condição pretendida, poderiam, frente aos demais, se firmarem competitivamente no mercado turístico.

Em consenso – por nós sinalizado – com os demais autores, Lysia Reis Condé investe na demonstração do contexto econômico e social em que a ciranda, enquanto expressão da singularidade histórica da formação cultural de habitantes do município, veio a ser valorizada como recurso importante na definição das particularidades turísticas do município de Paraty. Isto, quanto ao desenvolvimento local da economia e das atividades produtivas para os moradores, ladeadas por outros investimentos econômicos na construção de hotéis e pousadas, infraestrutura capaz de

permitir o engajamento de outros, no caso positivamente qualificados e recebidos como turistas.

Mesmo na condição de itinerantes ou passageiros, os turistas povoam o sistema de imagens dos produtores culturais, não só no sentido do pressuposto atendimento do que estes desejam ver, mas também da valorização do que é ou vem sendo um paratyense.

O artigo da última autora vem então enriquecer a apresentação deste dossiê, pelo destaque da contribuição demonstrativa dos recursos materiais e discursivos, imaginativos e dialógicos de definição da tradição na modernidade, processo que implica conflitos na definição legítima do que é a tradição. Enquanto desejo político do grupo em foco, só pode ser atendido pela inclusão de elementos e significados que venham a assegurar tal definição no contexto vigente, isto é, nas condições em que as relações entre os diversos agentes sociais em jogo vão se configurando.

Concluiríamos chamando a atenção para a contribuição dos autores perfilados, no que tange à problematização das dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos cientistas sociais para acompanhar os processos vigentes de mudanças. Os processos sociais em sua complexidade não têm correspondido aos investimentos mais lentos da construção de termos e categorias conceituais ou de linguagens e sistema de representações adequados à expressão do que se advoga ser compreendido. Então, paradoxalmente pouco compreendido, quando nos deparamos com a ausência de termos correspondentes ao que se quer explicar. Então, tende o cientista social para o uso de metáforas indicadoras das tentativas de aproximação interpretativa.

É o caso de diversos autores que estudam processos de mudanças sociais pela designação ou reconhecimento de que houve transformações, mas que só podem ser pensadas pela contraposição tipificadora ao que supostamente era o fenômeno social, isto é, seu ponto inicial, embrião a partir do qual se tentou demonstrar os percursos dos desdobramentos. Essas dificuldades são reconhecidas por adjetivações com pretensões conceituais, como bem demonstra o uso, à torto e à direito, do qualificativo novo: *novos movimentos sociais, novas ruralidades, novos atores, novos mediadores, novas instituições, novos processos, etc.*

Os autores deste artigo, desenhando uma problemática de pesquisa e refletindo sobre ações sociais contextualmente significativas, elaboram análises sobre dinâmicas de modos de construção social, quais sejam: os que expressam o dinâmico exercício de se produzir e se reproduzir socialmente, contínuo mas não repetitivo.